TL 3 963

a paz é possível

em **timor-leste**

Análise das declarações de consenso/resolução na Comissão de Direitos Humanos de 1992 a 1996

(avaliação)

Atendimento: C.R.C. — Rua Castilho, 61-2.º D — LISBOA — Telef.: ~~(01) 57 69 52~~
Correspondência: Rua de Campolide, 215-4.º D — 1000 LISBOA PORTUGAL

Análise das declarações de consenso/resolução na Comissão de Direitos Humanos de 1992 a 1996

1 - Declarações de consenso e Resoluções

Uma 'declaração de consenso' é o resultado duma negociação que acaba com acordo entre as partes interessadas sobre um texto que será lido em sessão pelo presidente da Comissão. O acordo reflecta a relação de forças entre as partes mas também a capacidade negocial de cada uma delas. A 'declaração de consenso' não dá lugar a discussão no plenário nem necessita de votação e, salvo indicação explicita em contrário, não vem mencionada no relatório final da sessão.

Uma 'resolução' é um texto proposto por uma das partes contra a outra quando não houve consenso. Ela é votada globalmente por 'sim ou não' pelos 53 Estados-membros da Comissão e é adoptada se obtiver mais votos a favor do que votos contra (as abstenções são contadas mas não influem sobre o resultado da votação). O texto duma resolução é normalmente mais duro do que a linguagem duma declaração de consenso porque reflecte o ponto de vista duma única parte. A resolução é apresentada por um grupo de países (sponsors) e a qualidade destes países acabará por ter influência na angariação dos votos.

'No-action'. Antes de passar à votação duma resolução é possível requerer uma votação de 'No-action'. A apresentação deste processo é habitualmente feita por um país aliado do Governo visado pela resolução, como último recurso quando este país receia perder a votação da resolução. O processo de 'No-action' tenta desviar as atenções do problema principal para um aspecto secundário, processual ou outro, sobre o qual o país visado espera ganhar apoios que não conseguiria na questão de fundo. Quando uma votação de 'No-action' é vitoriosa a votação da própria resolução é abandonada e a resolução nem sequer vem referida no relatório final.

Resolução versus Declaração de consenso.
Uma resolução é mais penalizante para o Governo por ela visado do que uma declaração de consenso, não só porque o texto é normalmente mais duro mas porque a resolução recebe uma publicidade maior: é discutida em sessão, obriga os Estados-membros a pronunciar-se sobre ela pelo menos pelo voto, é referida no relatório final da sessão.
Em princípio o Governo visado tem obrigação de cumprir as recomendações que lhe são feitas mas, de facto, isso só acontece se houver vontade política suficientemente forte para o levar a isso através de outros meios.
Uma declaração de consenso tem um texto mais fraco, resultante do acordo, mas obriga moralmente o Governo visado porque ele próprio está comprometido com o texto, o que supõe que aceita aplicar as suas recomendações, e poderá ser-lhe apontado no futuro. A declaração tem um tratamento mais discreto que convém mais ao Governo acusado.

2 - Análise ponto por ponto (ver sinopse a seguir)

A - Situação Geral

Ao introduzir as suas 'declarações de consenso' sobre a questão de Timor-Leste em 1992, 1994 e 1995, a Comissão de Direitos Humanos (CDH) mencionou casos de violações particularmente graves ou fez referência geral ao agravamento da situação. Em 1996, limitou-se a dizer que seguia com preocupação os relatos de violações. Tendo havido em Setembro de 1995 cerca de 150 detenções conhecidas e outras 300 em Outubro, havia boas razões para referir essa repressão em larga escala, mas isso não foi feito.

B - Compromissos, inquéritos e disparidades

Em 1992 a CDH introduziu sobre este tema três pontos:

1. as promessas dos indonésios, implícitas na criação duma comissão de inquérito;
2. a sua esperança nas investigações do Governo à actividade dos serviços de segurança;
3. as discrepâncias nos números de mortos e desaparecidos.

A resolução de 1993 lembra as promessas, lamenta o insucesso na identificação dos responsáveis, e exige informações sobre as vítimas.
A declaração de 1994 deixa cair o inquérito sobre as responsabilidades.
A de 1995 só mantém o ponto das investigações sobre as vítimas.

Sabendo que é mais fácil confrontar a Indonésia com as suas responsabilidades em pontos concretos do que em formulações gerais, a identificação dos responsáveis e das vítimas só deveriam ter sido abandonada se fosse substituída por exigências mais actuais. O seu abandono, quando o Grupo de Trabalho sobre os Desaparecimentos continua a assinalar que a Indonésia não responde aos seus pedidos de informação (E/CN.4/1996/35) e quando o Grupo de Trabalho sobre as Detenções arbitrárias se esforça por obter um convite para visitar Timor, enfraquece o trabalho desenvolvido nos últimos anos.

C - Castigo dos responsáveis e libertação dos presos

Só a resolução de 1993 lamentou a benevolência com a qual foram tratados os responsáveis. As declarações de consenso não voltaram a falar nisso.

A libertação dos presos, que não estivessem envolvidos em actos de violência, é um dos pontos que se mantêm desde 1992. Longe de libertar estes presos como se tinha comprometido a fazê-lo, a Indonésia continua a prender e condenar (ver por exemplo o caso de 8 jovens condenados a penas de 18 a 30 meses de prisão por "manifestar hostilidade ao Governo" ao participar numa manifestação). A violação activa dos compromissos assumidos durante 4 anos consecutivos poderia ter levado a um endurecimento dos termos da declaração e a uma maior concretização da exigência, pedindo por exemplo ao Grupo de Trabalho sobre as Detenções para elaborar a lista dos timorenses presos, particularmente os que foram condenados sem que lhes fossem atribuídas acções violentas, e/ou tentando fixar um prazo para a sua libertação. Nada foi feito; pelo contrário, enquanto as declarações de 1994 e 1995, pela omissão da referência ao 12 de Novembro de 1991, estendiam a exigência a todos os presos, a de 1996 volta a referir os presos de 1991...reduzindo o alcance da declaração.

Nota-se também que, pela primeira vez desde 1992, o que era designado como 'violento incidente' de 12 de Novembro perdeu o seu qualificativo para ser apenas 'incidente'. Falta de atenção?

D - Enviados da ONU

Desde 1991 Timor Leste recebeu todos os anos a visita dum alto representante das Nações Unidas:

- O Relator Especial sobre a Tortura em 1991;
- O Representante Pessoal do S.G., Sr Amos Wako, em 1992 e 1993;
- O Relator Especial sobre as Execuções Extrajudiciais, Sr Ndiaye, em 1994;
- O Alto Comissário dos Direitos Humanos, Sr Ayala Lasso, em 1995.

A CDH não é a única forma de pressionar a Indonésia para convidar estas personalidades mas é um meio importante. Pedidos neste sentido foram feitos desde 1993. Em 1994 e 1995 foram marcadas as visitas dos Srs Ndiaye e Ayala Lasso, em tempo útil para apresentarem os seus relatórios na sessão seguinte, mas a declaração de 1996 só regista 'a intenção' do Governo indonésio de convidar um relator especial (não especifica qual) em 1997 (fora de tempo para apresentar o seu relatório antes da próxima sessão). Deixou-se assim quebrar o ciclo das visitas e dos relatórios anuais que são peças fundamentais nos trabalhos da CDH, seja pelas informações avalizadas que trazem, seja porque permitem confrontar a Indonésia com as recomendações que os relatórios apresentam.

Também não foi referido na resolução o facto do Relator Especial sobre a Tortura e o Grupo de Trabalho sobre as Detenções Arbitrárias terem visto negados os seus pedidos de visitas a Timor-Leste!

A declaração de 1996 faz referência a um acordo de cooperação técnica entre as Nações Unidas e a Indonésia sobre direitos humanos. Neste contexto foi acordado que o Alto Comissário para os Direitos Humanos poderá nomear um funcionário do escritório do PNUD (Programa das N.U. para o Desenvolvimento) para acompanhar a implementação deste acordo. Estamos longe do pedido de abertura dum escritório das Nações Unidas em Timor-Leste para acompanhar a situação no terreno, mas é positivo.

A declaração de consenso da CDH acrescenta ao já acordado que este funcionário deverá ter acesso regular a Timor-Leste. Esta é alias a única nota positiva introduzida na declaração em 1996. É todavia necessário notar que:

1. Acesso 'regular' não é a mesma coisa que acesso 'livre';
2. Um acesso 'regular' sem que haja indicação dos mínimos dessa regularidade dará dificilmente lugar à contestação se o espacejamento das visitas for excessivo;
3. O funcionário do PNUD é em princípio um perito em desenvolvimento e não em direitos humanos;
4. A falta de 'visibilidade' deste funcionário e o seu distanciamento dos meios da CDH irão provavelmente enfraquecer o impacto das informações que venha a enviar.

Será preciso ter grande atenção a este ponto para tentar melhora-lo.

E - Acesso a Timor-Leste

A declaração de consenso de 1992 pedia facilidades de acesso a Timor-Leste para novas organizações humanitárias e para organizações de defesa dos direitos humanos.
Todas as resoluções e declarações seguintes se congratulam pelos progressos realizados neste ponto e pedem para continua-los. Desde 1995 o pedido estende-se aos media internacionais.
As razões da satisfação expressa pela Comissão não são evidentes. Amnesty International e Asia Watch, duas das mais credíveis organizações de Direitos Humanos ainda não obtiveram autorização para entrar em Timor-Leste. Mesmo o Comité Internacional da Cruz Vermelha, presente em Timor-Leste desde 1979 com uma interrupção em 1981, teve de ameaçar retirar-se para que a sua relativa liberdade de circulação, acordada com o Governo indonésio, fosse respeitada. As declarações de 1994 e 1995 assinalam o facto exprimindo a esperança que a cooperação entre o CICV e as autoridades indonésias continue, mas não deixam de afirmar que houve progressos.
Nem uma palavra sobre os visitantes e jornalistas expulsos em várias ocasiões, nem sobre os pedidos de visitas recusados ou adiados, por exemplo os de uma missão do Parlamento Europeu.

O satisfecit não pode ser atribuído todos os anos por simples arrastamento, qualquer que seja o comportamento da Indonésia.

3 - Comentários.

Em 1992 o Governo português abordou a sessão da CDH com o objectivo de fazer adoptar uma resolução. O recente massacre de Santa Cruz tinha tido nos média internacionais um impacto jamais conseguido desde a invasão de Timor-Leste e havia boas possibilidades de obter o apoio da maioria dos membros da Comissão. A resolução preparada era bastante forte, tinha 12 subscritores entre os membros da Comissão e era apoiada por outros países não membros num total de 32.
Alguns aliados da Indonésia, em particular a Austrália, começaram a acusar Portugal de ter uma atitude pouco correcta ao não procurar chegar a um acordo negociado com a Indonésia. Porque este poderia ser um argumento para provocar um voto de 'No-action', e porque o resultado desta votação era imprevisível, Portugal teve de negociar com a Indonésia. Chegou-se a uma declaração de consenso, o que era alias a preferência de vários Governos da Comunidade Europeia como o Reino-Unido, a Alemanha e a Holanda, aliados de Portugal na Comunidade Europeia mas desejosos de poupar a Indonésia, excelente parceiro económico. Pressionada pelo desejo de escapar à resolução a Indonésia acabaria por aceitar muitos dos pontos do projecto de resolução e por dar o seu consentimento a um texto relativamente duro contra ela própria.

Em 1993 Portugal voltou a negociar. Mas a Indonésia que tinha cedido em muitas exigências no ano anterior para escapar à resolução, nomeadamente em relação às investigações das responsabilidades dos militares envolvidos e na clarificação dos números de mortos e desaparecidos, abordava a CDH em 1993 com as mãos praticamente vazias.
Nestes condições foi possível a Portugal mostrar-se mais duro e passar para um projecto de resolução que obteve o apoio não só dos seus parceiros da Comunidade Europeia mas também dos EUA. A resolução foi aprovada por 22 votos contra 12, com 15 abstenções.

Desde 1994 a CDH voltou às declarações de consenso. São com certeza devidas às pressões de certos dos nossos aliados; os negócios com a Indonésia têm o seu preço!
As autoridades portuguesas argumentam que a declaração de consenso é mais eficaz para a melhoria dos direitos humanos porque compromete a Indonésia. Não está provado que assim seja, e se for, só o será na medida em que a Indonésia se sinta obrigada a melhorar os direitos humanos para evitar males maiores para a sua imagem. Se a Indonésia se convencer de que não corre o risco de ser confrontada com uma resolução, mas simplesmente sujeita a sucessivas declarações de consenso, ela sentirá cada vez menos a necessidade de respeitar os seus compromissos.

Por outro lado as declarações de consenso só têm interesse se apertarem cada vez mais o cerco à Indonésia e a levarem a ceder progressivamente apresentando novas exigências. Infelizmente parece que estamos no caminho inverso, com declarações cada vez mais fracas, menos precisas e menos comprometedoras para a Indonésia. Queremos acreditar que isso não faz parte de um plano mas resulta simplesmente duma falta de comprometimento sério das autoridades portuguesas encarregadas de acompanhar o desenrolar concreto do processo, o que não deixaria de ser extremamente grave e em contradição com as intenções proclamadas aos mais altos níveis.

Lisboa, 15/6/96

4 - Sinopse das declarações de consensus e resolução da Comissão de Direitos Humanos de 1992 a 1996.

	1992 - consensus 4/3/92	1993 - resolution 11/3/93	1994 - consensus 8/3/94	1995 - consensus 1/3/95	1996 - consensus 25/4/96
A	. The Commission on Human Rights notes with serious concern the human rights situation in East Timor, and strongly deplores the violent incident in Dili, on 12 November 1991, which resulted in the loss of lives and injuries of a large number of civilians and in many unaccounted for.(1)	. Expresses its deep concern at reports of continuing human rights violations in East Timor.(1)	. The Commission on Human Rights discussed the human rights situation in East Timor. The Commission notes with concern continuing allegations of human rights violations in East Timor, while recognising the positive measures taken by the Government of Indonesia to improve the situation.(1)	. The commission expresses its deep concern over the continuing reports of violations of human rights in East Timor, including the recently reported increased tensions and the violent incident where six people were killed. It welcomes the decision of the Indonesian Government to investigate this incident and the make public its findings.(1)	. The Commission on Human Rights discussed the human rights situation in East Timor.(1) . The Commission continues to follow with deep concern the reports on violations of human rights in East Timor (2)
B	. The Commission welcomes the early action of the Indonesian Government in setting up a national commission of inquiry and the prompt response which its advance report elicited from the highest Indonesian authorities; . Expresses its hope that, as announced by the Indonesian Government, further investigation into the action of the security personnel on November 12, 1991, and into the fate of those unaccounted for, will clarify the remaining discrepancies, namely on the number of people killed and those missing.(2)	. Calls upon the Government of Indonesia to honour fully its commitments undertaken in the statement on the situation of human rights in East Timor, agreed by consensus by the Commission on Human Rights at its 48th session.(5) . Recalls that the Commission has commended the decision of the Government of Indonesia to set up an inquiry commission but regrets that the Indonesian investigation into the actions of the members of its security personnel on 12/11/91, from which resulted loss life, injuries and disappearances, failed to clearly identify all those responsible for these actions.(2) . Expresses its concern at the lack of information about the number of people killed on 12 November 1991 and at the persons still unaccounted for and urges the Government of Indonesia to account fully for those still missing since 12/11/91.(3)	. The Commission recalls the undertakings by the Government of Indonesia to promote human rights in East Timor and those contained in the consensus Chairman's Statement at its 48th session on the matter, and stresses the need to take further steps towards its implementation.(2) . A matter of preoccupation to the Commission is the incomplete information concerning the number of people killed and the persons unaccounted for as a result of the Dili violent incident of 12 November 1991. While acknowledging the efforts made to account for those persons, the Commission calls upon the Government of Indonesia to continue its investigation on those still missing and the circumstances surrounding the matter.(3)	. A matter of preoccupation to the Commission is the incomplete information concerning the number of people killed and the persons still unaccounted for as a result of the Dili violent incident of 12 November 1991. While acknowledging the efforts made to account for those peoples, the Commission calls upon the Government of Indonesia to continue its investigation on those missing and the circumstances surrounding the matter.(3)	. The Commission recalls the undertakings by the Government of Indonesia to promote human rights in East Timor and those contained in Chairman's Statement at previous sessions on the matter.(3a)

C	. The Commission is encouraged by the recent announcement by the Indonesian authorities of disciplinary measures and military court proceedings regarding some members of its Armed Forces and urges the Indonesian Government to bring to trial and punish all those found responsible. Furthermore the Commission calls upon the Indonesian authorities to ensure that all civilians arrested on the occasion are treated humanely, that those brought to trial are assured to proper legal representation and fair trial and that those not involved in violent activities are released without delay .(3)	. Regrets the disparity in the severity of sentences imposed on those civilians not indicted for violent activities - who should have been released without delay - on the one hand, and to the military involved in the violent incident, on the other,(4) . Also calls upon the Government of Indonesia to ensure that all the East Timorese in custody, including main publics figures, be treated humanely and with their rights fully respected, that all trials be fair, just, public and recognize the right to proper legal representation, in accordance with international humanitarian law, and that those not involved in violent activities be released with delay.(6)	. It calls upon the Indonesian authorities to ensure that those East Timorese in custody are treated humanely, and that their rights are fully respected, and to take further appropriate measures aimed at the early release of those convicted.(5b)	. It calls upon the Indonesian authorities to ensure that all those in custody are treated humanely, and their rights fully respected, and to take further appropriate measures aimed at the early release of those convicted.(4b)	. The Commission stressed the need to take further steps towards their implementation, including the early release of East Timorese detained or convicted and the further clarification of the circumstances surrounding the Dili incident of 1991.(3b)

D	. The Commission welcomes the appointment of Mr. Amos Wako, as Personal Envoy of the Secretary General of the United Nations, to obtain clarification on the tragic events of November 12, 1991 and the willingness of the Indonesian authorities to cooperate fully with him.(4a) . The Commission urges the Government of Indonesia to improve the human rights situation in East Timor: commends the report entitled "Visit by the Special Rapporteur to Indonesia and East Timor" of its Special Rapporteur on Torture folowing his visit at the invitation of the Indonesian Government; urges the Indonesian authorities to take the necessary steps to implement its recommandations and looks forward to a report thereon;(5a)	. Encourages once again the Indonesian authorities to take the necessary steps to implement the recommandations presented by the Special Rapporteur on the question of Torture in his report (E/CN.4/1992/17/Add.1) folowing his visit to Indonesia and East Timor and keep the Special Rapporteur informed of the progress made towards their implementation. (8) . Urges the Government of Indonesia to invite the Special Rapporteur on the question of Torture, the Special Rapporteur on Extrajudicial, Summary or Arbitrary Executions, the Working Group on Arbitrary Detention and the Working Group on Enforced or Involontary Disappearances to visit East Timor and to facilitate the discharge of their mandates.(9) . Welcomes the agreement given by the Government of Indonesia to the proposal of the Secretary General for a new visit to Indonesia and East Timor by his Personal Envoy in the coming months, and invites the Secretary General to consider transmitting the full reports of Mr. Wako's previous and next visit to the Commission on Human Rights. (10)	. The Commission welcomes the undertaking by the Government of Indonesia to invite the Special Rapporteur on Extrajudicial, Summary or Arbitrary Executions to visit East Timor and to submit his report to its fifty-first session. In the same spirit, the Commission takes note of the intention of the Government of Indonesia to continue to cooperate with other relevant thematic special Rapporteurs and/or working groups and to invite them to visit East Timor when necessary for the fulfillment of their duties.(7)	. The Commission welcomes the visit to East Timor in July 1994 by the Special Rapporteur on Extrajudicial, Summary or Arbitrary Executions, and the cooperation granted to him by the Indonesian authorities. The Commission takes note with concern of his report (doc E/CN.4/1995/61/Add.1) and urges the Indonesian Government to further implement its undertakings to promote human rights in East Timor, and those contained in the consensus Chairman's Statement at its 48th and 50th sessions.(2) . The Commission welcomes the undertaking by the Government of Indonesia to invite the High Commissioner for Human Rights to visit East Timor in 1995 and to submit his report to the Commission at its 52nd session. The Commission further takes note of the intention of the Government of Indonesia to continue to cooperate with the relevant thematic Special Rapporteurs and/or Working Groups of the Commission on Human Rights, and to invite them, taking into consideration their requests to visit East Timor when necessary for the fulfillment of their duties.(6)	. The Commission welcomes the visit to East Timor of the High Commissioner (HC) for Human Rights, Mr. José Ayala Lasso, on 6 December 1995, and stressed the importance of this visit in the context of last year's Chairman's Statement. The Commission notes with satisfaction the understanding reached between the Indonesian authorities and the HC concerning the upgrading of the current MOI (Memorandum of Intention) on the technical cooperation in the field of human rights, signed in Jakarta on 26 October 1994, into an MOU (Memorandum of Understanding). In this context, it was also provisionally agreed to look into the possibility of the HC assigning a programme officer within the office of UNDP (UN Development Programme) in Jakarta in order to follow-up the implementation of the technical cooperation agreement. This officer would also have regular access to East Timor.(5) . The Commission welcomes the intention of the Government of Indonesia to continue to cooperate with the Commission on HR and its mechanisms as well as its intention to invite a thematic rapporteur in 1997.(6)

E	. Calls on the Indonesian Government to facilitate access to East Timor for additional humanitarian organizations and for human rights organizations;(5b)	. Welcomes the greater access recently granted by the Indonesian authorities to human rights and humanitarian organizations, and calls upon the Indonesian authorities to expand this access further;(7)	. The Commission expressed the hope that the cooperation between the ICRC and the Government of Indonesia will continue.(5a) The Commission is encouraged by greater access granted by the Indonesian authorities to human rights and humanitarian organizations as well as international media and calls upon them to continue this policy of expanding access.(6)	. The Commission expresses the hope that the cooperation between the ICRC and the Government of Indonesia will continue.(4a) . The Commission recognises the greater access granted by the Indonesian authorities to East Timor and calls upon them to continue this policy including the granting of access to human rights and humanitarian organizations and international media.(5)	. The Commission notes with satisfaction the greater access recently granted by the Indonesian authorities to East Timor to international media and humanitarian organizations and trusts that it will be expanded further to human rights organizations.(4)
F	. The Commission encourages the Secretary General to continue his good offices for achieving a just, comprehensive and internationally acceptable settlement of the question of East Timor.(4b)	. Also welcomes the resumption of talks on the question of East Timor and encourages the Secretary General to continue his good offices for achieving a just, comprehensive and internationally acceptable settlement of the question of East Timor.(11)	. The Commission welcomes the current dialogue between Indonesia and Portugal under the auspices of the Secretary General and encourages him to continue his good offices in order to achieve a just, comprehensive and internationally acceptable settlement of the question of East Timor In this context, the Commission stresses the importance of the understanding reached on confidence building measure between the two governments and welcomes the recent mission undertaken by Mr. Francesc Vendrell as representative of the Secretary General in order to promote further progress in that dialogue.(9)	. The Commission welcomes the result of the fifth round of meetings of the Foreign Ministers of Indonesia and Portugal held under the auspices of the Secretary General on 9 January 1995 in Geneva and encourages the Secretary General to continue his good offices in order to achieve a just, comprehensive and internationally acceptable settlement of the question of East Timor. In this context, the Commission stresses the importance of continuing the efforts to promote confidence building measure between the two governments. The Commission welcomes the Secretary General's intention, as expresses in his statement of 9 January 1995, to facilitate and offer the necessary arrangements for the convening of an all inclusive intra-East Timorese dialogue.(7)	. The Commission welcomes the result of the seventh round of the tripartite dialogue between the Foreign Ministers of Indonesia and Portugal under the auspices of the U.N. Secretary General on the question of East Timor, held in London on 16 January 1996 and encourages the S.G. to continue his good offices for achieving a just, comprehensive and internationally acceptable solution to the question of East Timor.(7) . The Commission welcomes the informal bilateral meeting between President Soeharto and Prime Minister Guterres during the ASEM in Bangkok on 29 February 1996 and expresses the hope that it will contribute positively to the ongoing tripartite dialogue. The Commission also welcomes the holding of the all-inclusive intra-Timorese dialogue in Burg Schlaining, Austria, from 19 to 22 March 1996.(8)

G	. and requests the Secretary General to continue follow closely the human rights situation in East Timor and to keep the Commission informed at its 49th session.(5c)	. Decides to consider the situation in East Timor at its fiftieth session on the basis of the reports of the Special Rapporteurs and Working Groups and that of the Secretary General, which would include an analytical compilation of all information received from, inter alia, Governments, intergovernmental and non-governmental organizations.(12)	. The Commission requests the Secretary General to keep it informed on the situation of human rights in East Timor and will consider it at its fifty-first session. (10)	. The Commission requests the Secretary General to keep it informed on the situation of human rights in East Timor and consider it as its fifty-second session.(8)	. The Commission requests the Secretary General to keep it informed on the situation of human rights in East Timor and will consider it as its fifty-third session.(9)
	. This statement will be included verbatim of the 48th session of the Commission.(6)	*(Resolution adopted by roll-call vote of 22 to 12, with 15 abstentions)*			

Notas:

1 - O conteúdo das declarações de consensus e da resolução da Comissão de Direitos Humanos foram divididos por temas para facilitar as comparações:

- A - Situação geral
- B - Compromissos da Indonésia (direitos humanos, inquérito para apurar responsabilidades, disparidades nos números de vítimas)
- C - Castigo dos responsáveis, tratamento dos presos
- D - Visitas de representantes da ONU
- E - Acesso a Timor-Leste
- F - Papel do Secretário Geral
- G - Manutenção da questão na ordem de trabalhos da Comissão.

2 - Os diversos parágrafos dos textos originais foram retirados da sua ordem original sempre que necessário para colocar frente a frente os temas neles abordados. Alguns parágrafos foram divididos para permitir esse confronto.

3 - Os números entre (..) no fim dos parágrafos referem-se aos parágrafos dos textos originais, tendo uma letra anexada (3a, 3b) quando houve necessidade de os dividir porque um único parágrafo tratava mais do que um tema.